



ANEXO ÀS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO:

1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Identificação: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP

Endereço: Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

Tutela: Educação

Regime Jurídico: Instituto Público

Regime Financeiro: Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio – Decreto Lei nº98/2011(revisto pelo Decreto Lei 132/2014).

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

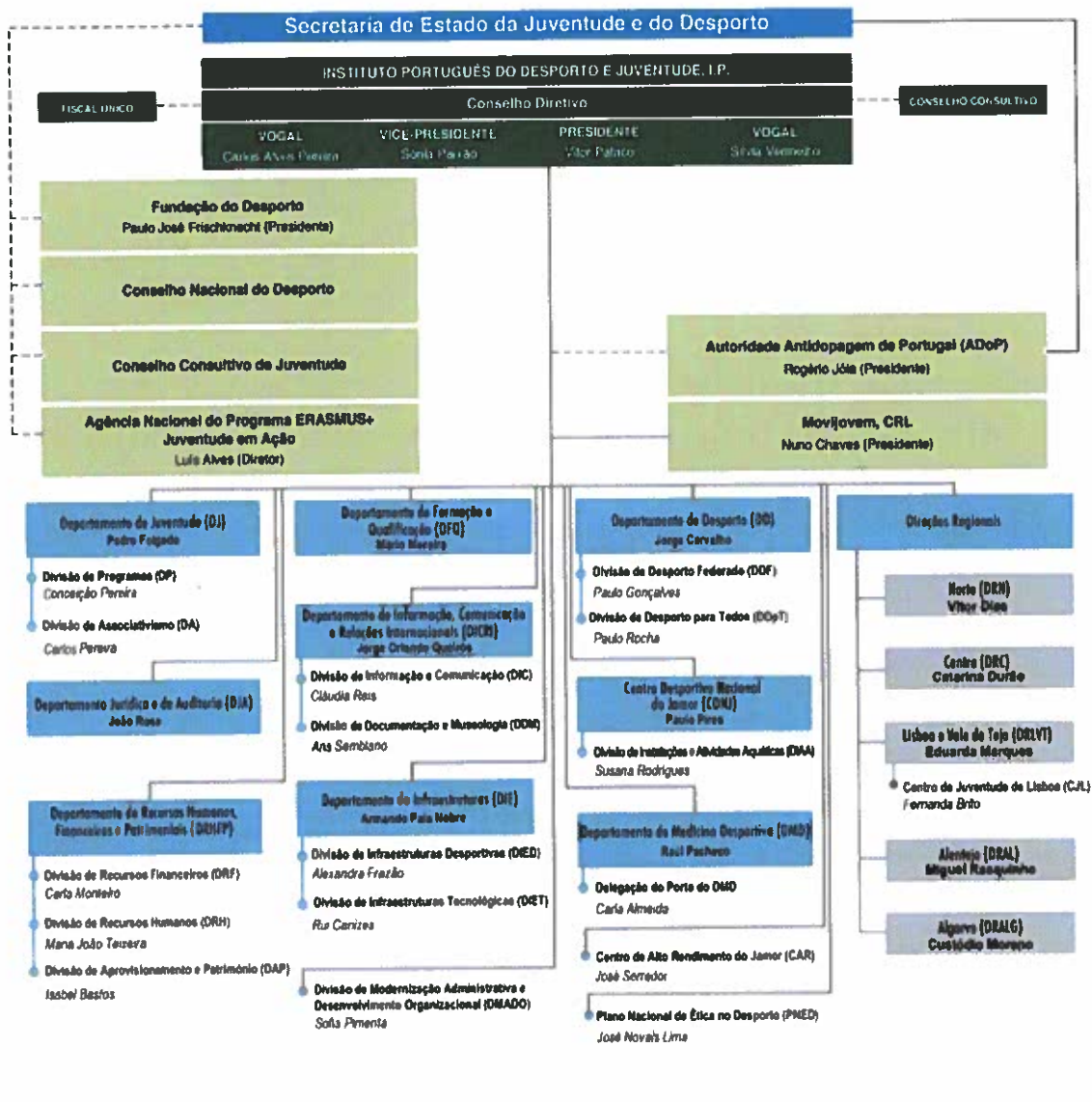
Descrição Sumária das Atividades

As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;

- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;
- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

Organograma





Recursos Humanos

- 1 — O IPDJ, I. P., é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por presidente, vice-presidente e dois vogais, respetivamente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus.
- 2 — É, também, órgão do IPDJ, I. P., o fiscal único.
- 3 — É, ainda, órgão do IPDJ, I. P., o conselho consultivo do IPDJ, I. P.

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2018 e 2017:

Cargo/Carreira/Grupo	2018	2017
Dirigente Superior de 1º grau	1	1
Dirigente Superior de 2º grau	4	4
Dirigente Intermédio de 1º grau	14	15
Dirigente Intermédio de 2º grau	15	14
Técnico Superior	144	135
Assistente Técnico	132	131
Assistente Operacional	22	23
Informático	5	3
Pessoal de Investigação Científica	1	1
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico e Secundário	5	8
Médico	7	5
Enfermeiro	1	1
Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	2	2
Avenças / Tarefas	73/64	99

1.2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

a) Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal para o setor público, definidas no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro diploma este que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, e aprova igualmente a quinta alteração ao Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, e pelas Leis nºs 66 -B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro.



O SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto Lei, e que dele fazem parte integrante.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

Quando o SNC -AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam -se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

A Sociedade encontra-se abrangida pelas normas e disposições do diploma que criou o SNC-AP por ser considerada uma entidade pública;

b) No exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, existiram movimentos de ajustamento de transição entre o normativo anteriormente adotado pela Entidade (POCP) e o SNC-AP. Pelo facto, as demonstrações financeiras de 2017 foram re-escritas no novo referencial permitindo assim uma melhor comparabilidade das rubricas das demonstrações financeiras da alteração de um normativo para o outro.

Juntamos abaixo quadro que evidencia a reconciliação entre o Balanço de encerramento de 2017 em POCP com o Balanço de abertura 2018 em SNC-AP.



Rubricas do Balanço	Valores conforme Normativa anterior 31/12/N-1 (1)	Reconhecimento (2)	Desreconhecimento (3)	Critério de Mensuração (4)	Imparidades / Reversões (5)	Outros (6)	Erros (7)	Reclassificações (8)	SNC_AP 01/01/N (9)
ATIVO									
ATIVOS NÃO CORRENTES									
Ativos fixos tangíveis	61 837 880,57								61 837 880,57
Propriedades de investimento									
Ativos intangíveis									
Ativos biológicos									
Participações financeiras	5 075 592,67								5 075 592,67
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
Acionistas/sócios/associados									
Outros ativos financeiros									
Ativos por impostos diferidos									
ATIVOS CORRENTES									
Inventários									
Ativos biológicos									
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis									
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
Clientes, contribuintes e utentes	2 471 811,69								2 471 811,69
Estado e outros entes públicos	1,10							-1,10	
Acionistas/sócios/associados									
Outras contas a receber	29 588 601,17		1 144 459,66					20 118 484,85	48 562 626,36
Diferimentos	20 118 484,85							-20 118 484,85	
Ativos financeiros detidos para negociação									
Outros ativos financeiros									
Caixa e depósitos	22 049 042,30								22 049 042,30
TOTAL ATIVO	141 141 414,35	0,00	1 144 459,66	0,00	0,00	0,00	0,00	-1,10	139 996 953,59
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património/Capital	87 513 425,49								87 513 425,49
Ações (quotas) próprias									
Outros instrumentos de capital próprio									
Prémios de emissão									
Reservas									
Resultados transitados	25 900 382,02								25 900 382,02
Ajustamentos em ativos financeiros	1 456 032,24								1 456 032,24
Excedentes de revalorização									
Outras variações no património líquido		1 220 346,27							1 220 346,27
Resultado líquido do período	14 008 890,68		1 220 346,27						12 788 544,41
Dividendos antecipados									
Interesses que não controlam									
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	128 878 730,43	1 220 346,27	1 220 346,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 878 730,43
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE									
Provisões	2 912 276,65								2 912 276,65
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos									
Responsabilidades por benefícios pós-emprego									
Passivos por impostos diferidos									
Outras contas a pagar									
PASSIVO CORRENTE									
Créditos por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos									
Fornecedores	12 178,72								12 178,72
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes									
Estado e outros entes públicos	241 339,86							1,10	241 338,76
Acionistas/sócios/associados									
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos									
Outras contas a pagar	6 441 067,43		1 144 459,66					1 435 474,99	6 732 082,76
Diferimentos	2 655 821,26							-1 435 474,99	1 220 346,27
Passivos financeiros detidos para negociação									
Outros passivos financeiros									
TOTAL PASSIVO	12 262 683,92	0,00	1 144 459,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10	11 118 223,16
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	141 141 414,35	1 220 346,27	2 364 805,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10	139 996 953,59

c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
	Conta					
Caixa	22 684,44		22 684,44	167 568,24		167 568,24
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no Tesouro	30 839 465,26		30 839 465,26	21 858 592,96		21 858 592,96
Depósitos bancários à ordem	-22 429,26		-22 429,26	22 881,10		22 881,10
Total de caixa e depósitos	30 839 720,44		30 839 720,44	22 049 042,30		22 049 042,30

d) O IPDJ tem como norma e obrigatoriedade legal dotar a conta bancária do IGCP, E.P.E. com parte significativa das suas disponibilidades.

2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCP 3)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCP 5)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCP 15)

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.



O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)

O rendimento é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)

SUBSÍDIOS E APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios de entidades públicas, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Património líquido e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCP 18)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCP 18, são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e, depósitos no Tesouro imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente e na rubrica de Financiamentos obtidos.

CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL (NCP 26)

- a) O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou reclassificada ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.
- b) A presente Norma aplica -se a todas as entidades sujeitas ao SNC -AP, devendo o relato consubstanciar-se nas demonstrações orçamentais que se destinam a satisfazer as necessidades de utilizadores que não estejam em posição de exigir relatórios elaborados para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação.

2.2 – Outras políticas contabilísticas de relevância.

A Sociedade não aplica outras políticas contabilísticas de relevância.

2.3 - Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

2.5 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.

A empresa no exercício económico de 2018, passou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas Públicas (NCP), finalidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas:

O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Faculta informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Disponibiliza informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Não houve alterações em estimativas contabilísticas materialmente relevantes e, não existem quaisquer erros materialmente relevantes de registar.

ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA

3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 – Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;

3.2 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos intangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo deduzido das respetivas amortizações.

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público								
Histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação					5 065 394,78	-4 612 942,48		452 452,30
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total					5 065 394,78	-4 612 942,48		452 452,30

Os softwares, aplicações e plataformas informáticas que estavam no anterior normativo contabilizados em “Imobilizado Corpóreo - Software” passaram a ser considerados Ativos Intangíveis.

b) Métodos de amortização usados;

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

A amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve começar quando o ativo estiver disponível para uso.

As taxas de amortização são calculadas de acordo com a vida útil estimada, e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2, que substituiu a Portaria nº671/2000 de 17 Abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Rubricas	Quantia escriturada	Variações								
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Dismensões	Quantia Escriturada Final
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público										
Histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	802 421,09						349 968,79			452 452,30
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	802 421,09						349 968,79			1 152 389,88

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

4.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo e ao custo revalorizado deduzido das respetivas depreciações.

b) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação utilizado é o da depreciação anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil estimada e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79			14 180 321,79	14 180 321,79			14 180 321,79
Edifícios e outras construções	70 121 230,51	24 877 665,14		45 243 565,37	71 016 473,18	28 201 142,64		42 815 330,54
Equipamento básico	13 396 654,46	11 865 799,43		1 530 855,03	6 020 608,13	4 529 075,02		1 491 533,11
Equipamento de transporte	745 575,74	652 246,66		93 329,08	745 575,74	710 440,10		35 135,64
Equipamento administrativo	1 450 065,42	971 771,91		478 293,51	3 734 291,50	3 433 720,07		300 571,43
Outros ativos tangíveis	556 106,34	306 393,13		249 713,21	1 738 880,12	1 434 794,75		304 085,37
	100 449 954,26	38 673 876,27		61 776 077,99	97 436 150,46	38 309 172,58		59 126 977,88
Ativos fixos tangíveis em curso	61 802,58			61 802,58	61 802,58			61 802,58
	61 802,58			61 802,58	61 802,58			61 802,58
Total	100 511 756,84	38 673 876,27		61 837 880,57	97 497 953,04	38 309 172,58		59 188 780,46

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando:

Rubricas	Quantia escriturada	Variações no período								Quantia Escriturada Final (10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições líquidas de depreciações acc	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79									14 180 321,79
Edifícios e outras construções	45 243 565,37	867 517,37	-411,06				3 295 341,14			42 815 330,54
Equipamento básico	1 530 855,03	925 115,40	676 251,49				288 185,83			1 491 533,11
Equipamento de transporte	93 329,08						35 133,84	23 059,60		35 135,64
Equipamento administrativo	478 293,51	279 080,45	-303 458,79				153 343,74			300 571,43
Outros ativos tangíveis	249 713,21	-4 980,00	134 303,40				84 911,24			304 085,37
	61 776 077,99	2 076 693,22	-845 817,94				3 856 915,79	23 059,60		59 126 977,88
Ativos tangíveis em curso	61 802,58									61 802,58
	61 802,58									61 802,58
Total	61 837 880,57	2 076 693,22	-845 817,94				3 856 915,79	23 059,60		59 188 780,46

As principais aquisições de Ativos Fixos Tangíveis ocorridas no presente exercício, verificaram-se nas rubricas “Edifícios e Outras Construções” e “Equipamento Básico”. Relativamente ao “Equipamento Básico” cerca de 432 mil euros desta rubrica foram gastos na aquisição de um equipamento de análise para a ADOP (Autoridade Anti Dopagem), sendo as restantes verbas afetas na aquisição de equipamento diverso para o Complexo Desportivo do Jamor e restantes delegações.

Relativamente aos “Edifícios e Outras Construções” em que as aquisições ascenderam aos 867 mil euros, estão sobretudo contabilizadas empreitadas (trabalhos de requalificação e beneficiação) no complexo do Jamor, tendo orçada a mais significativa em 170 mil euros (construção da nova pista de atletismo nº2).

Sendo um ano de transição, em que se começou a utilizar a Classificação Complementar 2 em todos os bens, bem como, o tratamento do imobilizado passou a ser efetuado dentro da plataforma que trata os dados contabilísticos, existiram alguns ajustes e transferências entre sub-contas, as quais damos conta nos quadros abaixo, e que justificam o valor das “Transferências Internas à Entidade” presentes no quadro anterior:

	Variações Ativo Bruto 2018/2017	Aquisições 2018	Diferenças
Terrenos e Recursos Naturais	0,00		0,00
Edifícios e Outras Construções	895 242,67	867 517,37	27 725,30
Equipamento Básico	-7 365 380,43	925 115,40	-8 290 495,83
Equipamento Transporte	0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	-10 665,90	0,00	-10 665,90
Equipamento Administrativo	2 284 226,08	279 080,45	2 005 145,63
Outros AFT	1 182 773,78	4 980,00	1 177 793,78
Imobilizações em Curso	0,00		0,00
Ativos Intangíveis	5 065 394,78	0,00	5 065 394,78
	2 051 590,98	2 076 693,22	-25 102,24

	Variações Amortiz Acum 2018/2017	Amortizações Exercício 2018	Diferenças
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	3 323 477,50	3 295 341,14	28 136,36
Equipamento Básico	-7 328 903,09	287 451,87	-7 616 354,96
Equipamento Transporte	58 193,44	35 133,84	23 059,60
Ferramentas e Utensílios	-8 555,28	0,00	-8 555,28
Equipamento Administrativo	2 461 948,16	153 343,74	2 308 604,42
Outros AFT	1 119 794,47	84 859,37	1 034 935,10
Imobilizações em Curso		0,00	0,00
Ativos Intangíveis	4 612 942,48	349 968,79	4 262 973,69
	4 238 897,68	4 206 098,75	32 798,93

4.2 - Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

Em 31 de Dezembro de 2018, não existe qualquer ativo fixo tangível dado como garantia de passivos.

4.3 - Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Diminuições	
	2018	2017
Depreciações reconhecidas nos resultados		
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3 295 341,14	3 399 602,13
Equipamento básico	288 185,83	720 258,07
Equipamento de transporte	35 133,84	61 396,54
Equipamento administrativo	153 343,74	388 815,15
Outros ativos tangíveis	84 911,24	107 625,29
	3 856 915,79	4 677 697,18
Total	3 856 915,79	4 677 697,18

5 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)

5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditto incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Ver Nota 2

5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente de

a) Vendas e Prestação de Serviços

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Vendas		
Publicações e Impressos		34,90
Outras	280 460,35	322 360,66
	<u>280 460,35</u>	<u>322 395,56</u>
Prestações de serviços		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	334 634,72	264 631,29
Centro Desportivo da Lapa		
Centro Desportivo Nacional do Jamor	1 539 263,79	1 326 397,57
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	30 685,10	37 282,98
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	75 920,40	77 439,40
Complexo Desportivo de Lamego		
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	91 955,44	91 769,75
Direcção Regional do Alentejo	15 498,11	7 996,00
Direcção Regional do Algarve	7 053,50	6 638,39
Direcção Regional do Centro	37 147,90	25 201,48
Direcção Regional do Norte	13 226,23	17 076,11
Laboratório de Análises de Dopagem	122 785,16	144 254,95
Museu Nacional do Desporto	3 040,75	2 399,15
Outras prestações de serviços	501 104,69	552 620,07
	<u>2 772 315,79</u>	<u>2 553 707,14</u>

6 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Estes subsídios, destinados ao investimento (Pista de Atletismo, e Carta Desportiva), encontram-se a ser reconhecidos em resultados, conforme Nota 2, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2018 o montante de 149.655,36 euros.

Para além disso, existem ainda mais programas que envolvem subsídios à exploração (onde se incluem fundos comunitários) e que foram reconhecidos como rendimentos do período de acordo com os gastos incorridos num montante total de 4.915.689,67 Euros. Entre os mais relevantes apresenta-se:

- Empreende Já 3.955.492 Euros
- Voluntariado Jovem p/ Florestas 353.730 Euros
- Semana Europeia do Desporto 180.000 Euros
- SAMA 254.066 Euros

6.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os valores reconhecidos nos resultados e no património líquido eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período de 2018			Período de 2017		
			Dem.Resultados	Balanço		Dem.Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no património líquido	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no património líquido
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Carta Desportiva	88 253,04	88 253,04		88 253,04	88 253,04	
		Pista de Atletismo e Campo Rugby	61 402,32	61 402,32		61 402,32	61 402,32	
Totais			149 655,36	149 655,36		149 655,36	149 655,36	

7 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No período findo em findo a 31 de dezembro de 2018, mantiveram-se as provisões constituídas à data, conforme quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos de quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	2 912 276,65						860 519,64		860 519,64	2 051 757,01
Total	2 912 276,65						860 519,64		860 519,64	2 051 757,01

Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pela Entidade e pelos seus advogados, destinando-se a provisão existente em 31 de dezembro de 2018, a fazer face em grande medida ao processo judicial intentado contra o IPDJ pela ABB, S.A.

8 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

8.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 2

Categorias de ativos e passivos financeiros

8.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Cientes/Fornecedores/Acionistas/Estado/Outros créditos a receber e a pagar/ Pessoal / Diferimentos/Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018, estas rubricas relativamente aos *ativos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	2018									Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				
		Compras	Ganhos de justo valor	Reservas de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade										
Clientes	2 471 811,69				204 711,04					2 676 522,73
Estado										
Outras contas a receber	48 562 626,36								2 546 001,60	46 016 624,76
Ativos por impostos diferidos										
Diferimentos										
Caixa e Depósitos bancários	22 049 042,30				8 790 678,14					30 839 720,44
Outros Ativos Financeiros										
Totais	73 083 480,35				8 995 389,18				2 546 001,60	79 532 867,93

O saldo da rubrica "Clientes" incorpora 1,84 milhões de euros de dívidas com mais de 24 meses e que dizem maioritariamente respeito a Federações Desportivas. Estas entidades, no âmbito da Utilidade Pública Desportiva possuem poderes públicos delegados mantendo uma relação continuada com este Instituto, o que naturalmente viabilizará a recuperação das dívidas identificadas pelo que, não têm sido consideradas quaisquer imparidades sobre as mesmas. As restantes dívidas com mais de 24 meses e que respeitem a outras entidades serão alvo de uma análise individualizada durante o exercício de 2019, desenvolvendo o IPDJ simultaneamente todas as diligências necessárias para a regularização das mesmas.

O saldo da rubrica "Outras Contas a Receber" contempla 16,5M Euros relativos a Acréscimos de Rendimentos (dos quais 15,6M Euros da Santa Casa). Para além disso, e decorrente dos constrangimentos evidenciados na operação de fusão do IDP e IPJ (mera integração dos balancetes das entidades fundidas, não tendo sido objeto de certificação legal das contas), foram identificadas diversas inconsistências e divergências que não estão identificadas.

Assim, em 2015, como forma de obviar esta situação, optou-se por isolar na rubrica "Os Outros Devedores/Credores – A Regularizar", o conjunto de operações/movimentos não identificados (relacionados com o processo de fusão), não existindo ainda informações que permitam concluir definitivamente quanto à exigibilidade destes saldos e quanto à forma da sua regularização. Estes ajustamentos somam do lado do Ativo 29,5M Euros.

O Conselho Diretivo do IPDJ, I.P. que entrou em funções em setembro de 2018 entende que na presente data não dispõe de elementos suficientemente objetivos que o habilitem a tomar uma decisão inequívoca quanto a este assunto, atendendo a que esta operação irá ter um impacto bastante relevante no Balanço da entidade.

Do saldo evidenciado na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", 22.684 Euros dizem respeito a "Caixa" sendo o restante valor de Depósitos no Tesouro e na Banca Comercial. Refira-se ainda que no último dia do ano foram efetuados um conjunto de pagamentos (cerca de 9,7M Euros) que só foram descontados nos bancos em 2019, pelo que os saldos contabilísticos são significativamente inferiores aos reais, no fecho do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas relativamente aos *passivos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	2018									Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo										
Fornecedores	12 178,72								6 367,66	5 811,06
Estado	241 338,76								60 745,75	180 593,01
Outras contas a pagar	6 732 082,76				1 043 684,22					7 775 766,98
Passivos por impostos diferidos										
Financiamentos obtidos										
Diferimentos	1 220 346,27				224 881,21					1 445 227,48
Totais	8 205 946,51				1 268 565,43				67 113,41	9 407 398,53

- a) O saldo da rubrica Outras Contas a Pagar inclui 6,4M Euros correspondentes aos saldos credores da rubrica “Os Outros Devedores/Credores – A Regularizar”. Para além disso, estão aqui refletidos 1,4M Euros de Acréscimo de Gastos, nomeadamente os que dizem respeito às remunerações a liquidar em 2019.
- b) O saldo da rubrica *Diferimentos* corresponde essencialmente aos rendimentos diferidos de “Subsídios” onde constam os valores relativo aos projetos da “Pista de Atletismo e Campo de Râguebi”, da “Carta Desportiva SAMA” do “Eupasmos”, e do “Programa Voluntariado p/ Florestas” respetivamente de 982.437,82 Euros, 88.253,09 Euros, 103.265,57 Euros e 271.271 Euros.
- c) O saldo da rubrica Fornecedores está influenciado pelo facto das faturas só serem lançadas no sistema contabilístico no momento do pagamento
- d) O saldo da rubrica Estado inclui: 93.396 Euros relativos a retenções de rendimentos, 55.154 Euros relativos a IVA e 32.042 Euros relativos a contribuições sociais, todos respeitantes ao mês de dezembro de 2018.

Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o património líquido do IPDJ, apresentava a seguinte decomposição:

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2018	31-12-2017
Património/Capital	87 513 425,49	87 513 425,49
Resultados transitados	39 324 244,44	25 900 382,02
Ajustamentos em ativos financeiros	316 557,10	1 456 032,24
Resultado líquido do período	6 106 789,92	14 008 890,68
Totais	133 261 016,95	128 878 730,43

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de 14.008.890,68 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Os restantes movimentos realizados nos "Resultados Transitados" resultaram da devolução do Saldo de Gerência do exercício de 2017 no montante de 585.028,26 Euros.

Relativamente aos "Ajustamentos em Ativos Financeiros" a diminuição de 1.139.475 Euros relativa a 2018 foi relativa às variações negativas ocorridas nos capitais próprios das participadas, na seguinte forma:

- Movijovem 1.042.389 Euros
- Fundação da Juventude 97.086 Euros

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 128.878.730,43 Euros em 2017 para 133.261.016,95 Euros em 2018.

9 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Os Interesses em Outras Entidades estão contemplados na rubrica "Investimentos Financeiros" que expressa as participações Financeiras do IPDJ na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto. Refira-se que a participação na Fundação para o Desenvolvimento das Tecnologias de Informação (FDTI), deixou de fazer parte do património do IPDJ, em virtude de a mesma ter sido extinta em 2012.

Na sequência da transmissão gratuita da participação social de 20% detida pela Associação dos Utentes de Pousadas de Juventude (AUPJ) em 2016, decorrente da dissolução e encerramento da liquidação da AUPJ, a Movijovem contabilizou a participação transmitida no seu capital próprio como ações próprias, pelo que em 2016 o IPDJ era o único detentor da Movijovem, detendo uma participação efetiva de 100%. Em 2017 foram admitidos dois novos Cooperadores, cada um com 10% dos Fundos da Movijovem, o que fez com que o IPDJ voltasse a uma participação efetiva de 80%.

Em face do exposto a rúbrica de Investimentos Financeiros totaliza à data de 31.12.18 o valor global de 5.546.071,70 Euros discriminado pelas seguintes participadas:

- Movijovem 4.890.863,20 Eur
- Fundação da Juventude 536.138,71 Eur
- Fundação do Desporto 119.069,79 Eur

No quadro seguinte evidenciamos as participações detidas, bem como, o método utilizado para a mensuração do investimento.

Entidade Participada	Participação detida		Balanço da Entidade Participada 31.12.2018		Mensuração do Investimento
	%	Valor	Capital próprio	Resultado líquido	
Movijovem	80,0%	4 890 863	6 113 579	2 442 852	Método de Equival Patrimonial
Fundação da Juventude	13,2%	536 139	4 070 909	-87 209	Justo Valor
Fundação do Desporto	40,9%	119 070	290 916	-813 212	Método de Equival Patrimonial
		5 546 072	10 475 404	1 542 431	

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

a) Discriminação da conta "Fornecimentos e Serviços Externos":

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2018	31-12-2017
Electricidade	997 553,09	1 005 083,90
Combustíveis	93 846,90	100 107,60
Água	337 719,20	238 998,58
Outros fluidos	290 629,09	345 780,79
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20 430,22	
Livros e documentação técnica	11 796,67	22 366,03
Material de escritório	33 255,73	57 084,61
Artigos para oferta e de Publicidade e Divulgação	14 966,34	28 218,75
Materiais de Consumo	1 489,22	
Artigos de Higiene e Limpeza	985,48	
Rendas e alugueres	925 130,42	869 591,30
Despesas de Representação		
Comunicação	249 175,72	259 290,45
Seguros	169 661,72	177 377,80
Transportes de mercadorias	20 758,81	84 063,18
Deslocações e estadas	191 421,04	186 730,01
Comissões		
Honorários	1 101 186,32	966 986,67
Conservação e reparação	914 580,33	998 237,57
Publicidade, Comunicação e Imagem	456 343,09	395 744,70
Limpeza, higiene e conforto	904 511,26	938 624,88
Vigilância e segurança	1 396 099,45	1 375 079,26
Trabalhos especializados	1 842 913,88	1 370 090,66
Licenças	296 131,79	
Outros fornecimentos e serviços	1 108 547,78	1 152 943,95
Totais	11 379 133,55	10 572 400,69

Contribuindo para a oscilação de aumento de gastos no exercício de 2018 face ao exercício de 2017, temos as rubricas dos “Trabalhos Especializados”, “Honorários” e “Licenças”, esta ultima derivado da alteração na forma de contabilização, já que até 2017 as mesmas vinham sendo escrituradas em “Imobilizado”.

Nos “Outros Fornecimentos e Serviços” estão essencialmente gastos relativos às refeições no Centro do Jamor, bem como, gastos relativos à ADOP (Autoridade Anti Dopagem) principalmente ao nível dos reagentes e materiais de análises clínicas.

b) Discriminação da conta “Gastos com o Pessoal”

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos órgãos directivos	290 929,21	269 025,70
Remunerações do pessoal	7 208 089,93	6 898 769,70
Benefícios Pós Emprego	1 931,69	4 079,81
Indemnizações	22 545,95	
Encargos sobre remunerações	1 794 545,73	1 655 272,90
Outros custos com o pessoal	169 626,48	172 528,39
Totais	9 487 668,99	8 999 676,50

A rubrica “Outros Custos com o Pessoal” engloba essencialmente (147 mil euros) remunerações por doença.

c) Discriminação da conta “Outros Rendimentos”

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2018	31-12-2017
Recuperação de Contas a Receber	72 272,79	68 799,32
Correções relativas a períodos anteriores	244 429,92	311 274,78
Subsídios para investimento	149 655,36	149 655,36
Totais	466 358,07	529 729,46

A rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” contempla pagamentos indevidos pelo IPDJ em anos transatos que foram alvo de reembolso em 2018.

d) **Discriminação da conta "Outros gastos":**

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2018	31-12-2017
Impostos e Taxas	17 783,12	40 588,85
Correcções relativas a períodos anteriores	50 491,95	43 099,50
Totais	68 275,07	83 688,35

A rubrica "Correcções relativas a períodos anteriores" contempla 42 mil euros de uma regularização de IVA, sendo a restante verba relativa a uma regularização nas quantias escrituradas em ativos fixos tangíveis.

Lisboa, 28 de maio de 2019

**O Conselho
Diretivo**

Vítor Pataco
Presidente do Conselho Diretivo

Sónia Paixão
Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Carlos Manuel Pereira
Vogal do Conselho Diretivo

Sílvia Vermelho
Vogal do Conselho Diretivo